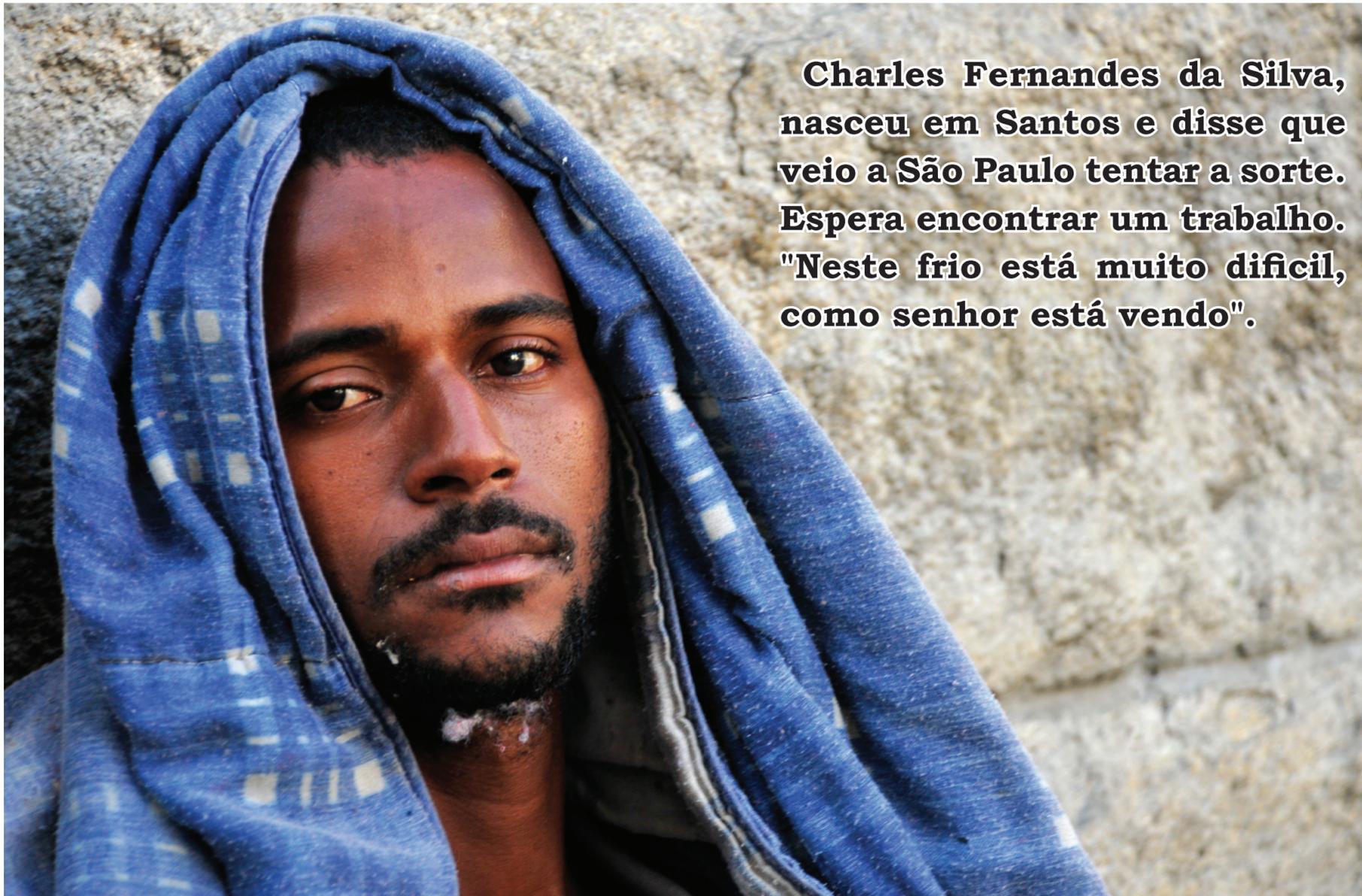




"O frio é o maior veneno"

Fotos: Alderon Costa/Rede Rua



Charles Fernandes da Silva, nasceu em Santos e disse que veio a São Paulo tentar a sorte. Espera encontrar um trabalho. "Neste frio está muito difícil, como senhor está vendo".

Alderon Costa

No dia 2 de junho, o frio chegou a menos de sete graus no centro da cidade de São Paulo. Representantes dos movimentos da população de rua saíram às ruas para se solidarizar com as pessoas que estavam dormindo nas ruas, marquises e cantos de parede.

As reclamações era de muito frio, falta de cobertores e lugares para acolher emergencialmente essas pessoas.

Geraldo Arsênio Lopes, 48 anos, morador de rua há três anos reclamou da Central Atendimento Permanente de Emergência. "Se uma pessoa sinaliza eles não param e quando param levam as pessoas para longe", afirma Lopes.

Segundo Rogério Souza, no dia 1 de maio, chegou uma Kombi da CAPE às duas horas da madrugada para levá-los para um albergue. "Irámos chegar às três horas no albergue, deitar às quatro e levantar às cinco e além disto, quando chegar lá vamos comer só um pão e um café com leite", disse Rogério. Segundo Souza, como não aceitaram ir para o albergue pediram cobertores e depois de muita conversa receberam dois cobertores para cinco pessoas.

Sidney Roberto do Nascimento, 40 anos, paulistano, está na rua há mais de oito anos, também sofre com o frio. "Ontem, estava muito frio e a gente ficou conversando até de madrugada e depois deu uma cochiladinha", relata Nascimento. Segundo ele, há uma discriminação contra as pessoas com menos de 50 anos. "Somente a partir dos 45 anos é que se consegue ir para um

albergue", denuncia Nascimento.

Maria Solange Evangelista, também estava no Largo São Francisco e não conseguia dormir sem tomar um gole. "Sofro o maior veneno na rua: fome, frio, tudo, afirma ela.

Para Maria do Carmo de Oliveira, comerciante de floricultura no Largo São Francisco, onde na noite anterior dormiam várias pessoas na frente de sua loja, afirmou que está assustada com a quantidade de pessoas morando nas ruas. "É o fim dos tempos! Nunca vi uma situação como esta". Segundo ela é necessário uma ação do governo para mudar essa situação.

Conforme informações do Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo, Daniel Lusni de Oliveira morreu na madrugada do dia 4 de junho no Parque Dom Pedro. Daniel pode ser a primeira vítima do descaso e incompetência do poder público municipal.

De acordo com o setor de Comunicação da Smads, a "Operação Baixas Temperaturas (13°C ou menos) deve funcionar até o dia 31 de outubro. Quarenta albergues da cidade estarão abertos em caráter emergencial de pernoite para acolhimento desta população".

A Prefeitura disponibiliza alguns números de telefone para atendimento emergencial:

Central de Atendimento Telefônico

3228-5554, 3228-5668, 3397-8859

Defesa Civil

199

Atendimento Móvel de Urgência

192

Atendimento ao Cidadão

156

As portas da Catedral se abriram para o povo da rua

No dia 29 de maio, o cardeal dom Odilo Pedro Scherer, arcebispo metropolitano de São Paulo recebeu as pessoas em situação de rua na Catedral da Sé para a celebração do Ano Santo Paulino. Para Átila Robson Pinheiro, essa peregrinação significa muito para quem está na rua. "É um marco porque é o encontro com as autoridades para que tomem conhecimento da realidade do povo da rua e criem políticas públicas adequadas". Joel Porto e Anderson Lopes do MNPR entregaram o documento da Política Nacional e a bandeira do movimento.



Plenária do Fórum Permanente de Acompanhamento das Políticas Públicas

Dia: 16 de junho de 2009

Horário: 9h30

Local: Casa de Oração - Rua Djalma Dutra /Rua 25 de Janeiro

Pauta: Avaliação do II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua e continuidade dos trabalhos.

Lançamento do livro

"Trabalho e população em situação de rua no Brasil"

Venha participar de palestra e debate com a autora

Maria Lúcia Lopes da Silva

Dia: 16 de junho de 2009

Horário: das 19 horas às 22 horas

Local: Sindicato dos Comerciantes - Rua Formosa, 409



REALIZAÇÃO:



APOIO:



EDITORIAL

O frio chegou, mas a política não!

Foi finalizado o documento "Política Nacional para a População em Situação de Rua", construída com o governo federal por meio de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado pelo Presidente Lula em 2005.

A partir da mobilização na construção da proposta da "Política Nacional da População em Situação de Rua, para as atividades desenvolvidas para a realização do Dia de Luta deste ano observa-se a capacidade de organização das pessoas em situação de rua.

Noite fria

Ainda outono, quase inverno, o frio chegou com toda a força e pegou desprevenida a população em situação de rua.

O acesso aos albergues, única alternativa para proteger-se do frio, está cada vez mais restrito. Pessoas estão sendo desligadas dos serviços. Conseguir uma vaga é quase impossível.

Fotos: Alderon Costa/Rede Rua



A situação é crítica.

O que resta à população em situação de rua senão exigir seus direitos? Foi o que o Movimento Nacional da População em Situação de Rua fez.

As vagas oferecidas pela prefeitura, no entanto, eram todas em albergues na periferia da cidade. Rafael Pinto Nascimento, 44 anos, por exemplo, havia conseguido uma vaga no albergue do bairro do Socorro.

Nesta edição, o leitor pode acompanhar o Dia de Luta; o sofrimento daqueles que estão nas ruas com o frio intenso destes últimos dias sem atendimento e informações do governo municipal de São Paulo pela plenária da Comissão dos Direitos Humanos.

Secretária sugere que metade das pessoas nos albergues está acomodada

Renata Bessi

A secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Alda Marco Antonio, tentou minimizar, durante audiência pública na Câmara dos Vereadores de São Paulo, os efeitos negativos causados pelo anúncio de que 3200 pessoas que vivem nos albergues, quase metade das vagas existentes na cidade, oito mil, devem ser desligadas dos serviços.

O vereador José Américo questionou Alda sobre os dados que serviram de base para a secretaria tomar tal decisão, tendo a certeza de que as pessoas não acabarão nas ruas.

Muitas das 3200 pessoas ganham até R\$ 1 mil, informa a secretária. Elas devem ser desligadas, com exceção dos idosos, sem nenhum tipo de encaminhamento, segundo o jornal O Estado de S.Paulo.

Se as pesquisas da Prefeitura dizem que todas estas pessoas ganham até R\$ 1 mil, as mesmas pesquisas não podem garantir que elas consigam sair da situação de rua apenas com os valores que ganham.



Fotos: Alderon Costa/Rede Rua

Participantes do Dia de Luta, na Câmara retiraram-se pela indiferença dos vereadores

(PT) solicitou à secretária uma cópia do estudo que Alda diz ter feito para que a decisão pudesse ser tomada. A secretária deve entregar o documento para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Higienista?

Alda repeliu com irritação a pecha de que sua administração é higienista. "A secretaria da Assistência não bate em ninguém na rua. Não aceito que diga que a secretaria tenha uma postura higienista".

Apesar da sua indignação, Alda não respondeu objetivamente à questão do vereador José Américo (PT), colocada inclusive por grandes veículos de comunicação, de que sua gestão aplicaria uma política de exclusão tentando levar os moradores de rua do Centro para a periferia da cidade.

Alda justificou ainda que a secretaria tem dificuldade em encontrar prédios no centro da cidade para construção de moradias definitivas. "Achar que tem prédio desocupado no centro de São Paulo é uma ilusão. São prédios com demanda judicial".

Caneta

O inspetor chefe regional da Guarda Civil Metropolitana, do comando operacional do Centro, Paulo Rogério de Souza, presente na audiência, ironizou as denúncias de maus tratos da população de rua por parte da GCM, subentendo que são vazias.

Enquanto o inspetor falava, um morador de rua levantou-se do plenário e começou a relatar sua experiência na noite anterior. "Acordei levando chutes de um GCM nesta madrugada enquanto dormia no Pátio do Colégio", disse aos berros.

Idosos

De acordo com levantamento que vem sendo atualizado mês a mês pela gestão de Alda Marco Antonio, existem 720 idosos que moram nos equipamentos de São Paulo. A secretária anunciou que todos eles serão desligados.

Alda disse que dentro de no máximo um mês será inaugurado uma casa, na rua Helvetia, com capacidade de abrigar 100 dos 720 idosos. A secretária não garantiu, por outro lado, que os desligamentos dos idosos vão acontecer somente na medida em que surjam vagas em moradias definitivas.

Campanha Somos cidadãos, mendigo é a...



Tendo em vista posições assumidas pela mídia conservadora que insiste em desqualificar ainda mais as pessoas que moram nas ruas e nos albergues, chamando-os de mendigos, pedintes ou desocupados, quando não de ladrões ou delinquentes lançamos a campanha: "Somos cidadãos, mendigo é a ... a grande imprensa, os que dependem de publicidade governamental, os que exploram os trabalhadores, os investidores da Bolsa de Valores, os que criam gado na Amazônia etc. Não queremos nem esmola nem futuro. Queremos justiça e dignidade agora.

apoio



www.paulus.com.br • (11) 5084-3066

Comunicação a serviço da verdade

O Trecheiro Notícias do Povo da Rua

CONSELHO EDITORIAL: Arlindo Dias, Cloves Costa. EQUIPE DE REDAÇÃO: Alderon Costa, Cleisa Rosa, Renata Bessi. FOTOGRAFIA: Alderon Costa. EQUIPE DE APOIO: Argemiro Almeida, Karina C. Aragão. REVISÃO: Cleisa Rosa. IMPRESSÃO: Forma Certa, 5 mil exemplares. DIAGRAMAÇÃO: Fabiano Viana.



Rua Sampaio Moreira, 110 - Casa 9 - Brás - 03008-010 - São Paulo - SP. Fone: (11) 3227-8683 - 3311-6642 - Fax: 3313-5735. www.rederua.org.br - E-mail: rederua@uol.com.br

Trecheirinhas

Renata Bessi

Passos lentos

A secretária da Assistência e Desenvolvimento Social, Alda Marco Antonio, anunciou que, depois de dois meses de conversas entre as secretarias do Trabalho e Assistência e Desenvolvimento Social, 200 Bolsas Aluguel, no valor de R\$ 300,00, por seis meses, estão à disposição da população de rua. "É um grande ganho, porque antes (estas bolsas) eram zero", afirmou Alda.

I - Quem somos?

A Prefeitura de São Paulo encomendou para a FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas o segundo censo da população em situação de rua. Neste primeiro momento ocorre a capacitação das pessoas que vão colher as informações. Os dados devem ser coletados entre agosto e setembro. Até o final deste ano a pesquisa deve ser consolidada. O primeiro censo foi feito em 2000.

II - Quem somos?

Há uma pesquisa feita em 2006, pela FIPE, que traça o perfil das pessoas que usam os albergues em São Paulo. Os dados foram coletados entre dezembro de 2005 e janeiro de 2006, em 24 albergues conveniados com a Prefeitura. Segundo a pesquisa, 74% das pessoas que usam os albergues trabalham e destas 69% são trabalhadores informais, 5% têm carteira assinada e 36% são catadores informais. Em relação à origem, 49% das pessoas são da Região Sudeste, sendo que destas 36% são do estado de São Paulo e 19% nasceram na Capital; 41% são do Nordeste; 1% estrangeiros. Em relação aos mais jovens, 46% são do estado de São Paulo e 26% deles nasceram na Capital.

Até que enfim

O Movimento Nacional da População de Rua pediu e conseguiu uma conversa com Inês Magalhães, secretária Nacional de Habitação. Pela primeira vez a população de rua será ouvida pela pasta de Habitação. A Assistência Social tem monopolizado as discussões e as políticas públicas que envolvem as pessoas que vivem nas ruas. O encontro deve ser marcado para as próximas semanas.

Rodízio

A prefeitura de São Paulo adota o sistema de rodízio de pessoas nos albergues da cidade. A denúncia foi feita pelo jornal Folha de S.Paulo, edição de 31 de maio. Ao invés de serem reinseridas socialmente acabam entrando e saindo de albergues. Segundo a reportagem, a comprovação do rodízio ocorreu numa investigação da Defensoria Pública, após receber denúncias de albergados. A Defensoria conseguiu uma relação de usuários, enviadas pelas entidades que cuidam dos albergues, em que pôde constatar as transferências.

Só em dezembro?

Da secretária de Assistência e Desenvolvimento Social sobre o segundo censo: "Quando recebermos os dados científicos da pesquisa (Censo 2009) nós iremos balizar as políticas diante dos números verdadeiros".

Sem justificativa

Diante da indignação pela má organização do II Encontro Nacional da População de Rua, nos dias 19 e 20 de maio, a arquiteta Márcia Hirata, que participou da construção da proposta da Política Nacional para a População em Situação de Rua, escreveu carta, parte reproduzida abaixo, para a Unesco, uma das patrocinadoras do evento:

"Gostaria de expor meu pesar quanto à desorganização do II Encontro Nacional da População de Rua, financiado por V. Sas. Há um ano muitos se empenharam na discussão sobre a Política Nacional da População de Rua, saudando um processo participativo efetivo. No entanto, no momento de aprovação do documento final restou grande frustração diante da confusão com as passagens a Brasília, a qual impediu a participação de muitos, entre eles pessoas da própria população de rua os quais estão em processo de saída definitiva das ruas".

A Unesco respondeu ao protesto pedindo desculpas pelos transtornos e inconvenientes. E afirma: "Para reforçar a necessidade de uma justificativa para os participantes do evento, sobretudo os que se sentiram lesados, encaminhamos sua mensagem para os responsáveis pelo encontro no ministério. Esperamos em breve ter uma resposta para encaminhar-lhe".

Envie pequenas notícias para:
rederua@uol.com.br

"Vamos implantar a Política Nacional da População em Situação de Rua"



Membros do MNPR entregam bandeira para o assessor do Lula, Gilberto Carvalho.

Redação

Nos dias 19 e 20 de maio, foi realizado o II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua em Brasília. Estiveram presentes, aproximadamente, 120 pessoas entre representantes das pessoas em situação de rua, movimentos e organizações sociais e gestores públicos de várias cidades do País.

Houve frustração por parte dos participantes do encontro pelo fato de ter havido problemas no transporte das pessoas de todo o Brasil até Brasília e na forma de participação no encontro. Muitos não conseguiram embarcar.

Apesar de tudo, os que conseguiram viajar sabiam da responsabilidade e importância do evento. O II Encontro Nacional encerrou uma etapa na construção da política pública com a entrega ao Governo Federal da proposta de "Política Nacional para a População em Situação de Rua", elaborada em vários fóruns de discussão pelo Brasil afora.

Na abertura do Encontro, Samuel Rodrigues, de Belo Horizonte, falou em nome do Movimento Nacional da População de Rua sobre as dificuldades encontradas na construção de uma Política Nacional para se chegar aonde se chegou.

Padre Júlio Lancellotti ressaltou a sensibilidade do Presidente Lula para o diálogo que foi estabelecido com catadores e pessoas em situação de rua ao longo destes últimos anos com as diferentes instâncias do Governo Federal. "O II Encontro foi importante na medida em que emergiu da população de rua pois as propostas nasceram de baixo para cima", afirmou Lancellotti. Destacou, também, a política higienista existente em várias cidades brasileiras".

Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disse que seu ministério não sabe trabalhar com os pobres. A referência do ministro foi feita em relação à desorganização do evento, principalmente aos problemas ocorridos no transporte. Segundo Nilda

Assis, representante de São Paulo, o ministro Patrus disse, ainda, que ele vai procurar esclarecer o que houve e, apesar de tudo, o MDS tem o compromisso de continuar incluindo sempre os mais pobres. "Excluir as pessoas é inaceitável. Vamos implantar a Política Nacional da População de Rua", terminou Patrus

No segundo e último dia de encontro houve a participação de todos em grupos de trabalho. Os resultados destas reflexões serão oportunamente enviados aos participantes pelo MDS para dar continuidade aos trabalhos.

Ainda segundo relato dos participantes, Gilberto Carvalho, assessor da Casa Civil e representante do Presidente Lula, lamentou todos os fatos ocorridos, pediu perdão a todos e se prontificou a viabilizar todas as medidas necessárias para a efetivação da Política Nacional.

Anderson Lopes, do MNPR de São Paulo, leu carta enviada ao Presidente da República pelos que não conseguiram participar do encontro: "Mesmo que não estejamos em Brasília, sabemos que nossos companheiros saberão defender nossas propostas dentro da Política Nacional que será lançada neste II Encontro. Esta Política é muito importante para recuperarmos a esperança de uma vida digna com respeito e sem preconceitos", trecho da carta.

Ao final, foi lida a Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República. Síntese a baixo.

As cartas e a íntegra da proposta da Política Nacional podem ser acessadas no www.rederrua.org.br.

Síntese da Carta de Brasília

Algumas propostas destacadas na "Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil" lida ao final do II Encontro*

1- Constituição de grupo de trabalho para discutir formas de indenização da população em situação de rua pelas desvantagens sociais a que foi submetida historicamente;

2- Implantação do Centro de Referência Nacional em Direitos Humanos da População em Situação de Rua com o objetivo de promoção e defesa dos direitos humanos;

3- Federalização dos crimes cometidos contra a população em situação de rua ou de grande repercussão cometidos contra a população em situação de rua;

4- Alteração de Leis sobre direitos trabalhistas e previdenciários;

5- Garantia do acesso da população em situação de rua

aos Programas de Habitação de Interesse Social existentes ou que venham a ser criados, financiados e/ou subsidiados pelo Governo Federal;

6- Implementação de política de Locação Social em áreas centrais que garanta à população em situação de rua moradias dignas adequadas às suas necessidades;

7- Estruturação e reestruturação da rede de acolhida temporária de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua e, em consonância, com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

8- Redução da idade para 50 anos para fins de acesso ao BPC para pessoas idosas em situação de rua;

9- Inclusão do tema popu-

lação em situação de rua no contexto dos direitos humanos e das políticas públicas no currículo das escolas;

10- Implantação de Restaurantes-Escolas, como projeto de geração de trabalho e renda;

11- Criação de Casas de cuidados com o desenvolvimento de metodologia específica em todas as capitais;

12- Adoção imediata de todas as políticas sob coordenação e responsabilidade do governo federal;

13- Adoção de uma noção de território para fins da universalização das políticas públicas que se desenvolva a partir da ênfase nos aspectos político, econômico e simbólico, fugindo às restrições conceituais limitadas ao território físico.

Movimento Nacional da População de Rua e demais representantes da sociedade civil presentes no II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua

Brasília, 20 de maio de 2009



Dia de Luta do Povo da Rua

Vereadores e Prefeito são indiferentes à dor e à luta de quem está em situação de rua

Fotos: Alderon Costa/Rede Rua



— Cleisa Rosa

Chamava atenção a cor azul das bandeiras e camisetas utilizadas pela maioria das 400 pessoas, aproximadamente, que participaram do Dia de Luta do Povo da Rua, na parte externa da Câmara Municipal de São Paulo no dia 27 de maio de 2009.

Pessoas em situação de rua, organizações sociais, apoiadores, autoridades religiosas e políticas uniram-se neste dia para denunciar o fechamento de albergues no Centro; o aumento das pessoas nas ruas, marquises, viadutos e praças ali deixados sem políticas

públicas consistentes quando não retiradas sob força policial ou por agentes da limpeza urbana; o desrespeito dos governantes municipais; a ausência de diálogo e o não cumprimento da Lei Municipal nº. 12.316, de 1997, que obriga a Prefeitura de São Paulo a prestar atendimento à população em situação de rua.

Padre Júlio Lancellotti, vigário do povo da rua, defendeu transparência e controle dos recursos financeiros e que o Conselho de Monitoramento, ligado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, passasse a ser um conselho autônomo como os demais conselhos.

Inúmeros cartazes expressavam

a indignação e reivindicações, além de Carta Aberta distribuída à população: “Somos cidadãos brasileiros e exigimos: 1º Os mesmos princípios inscritos na Constituição Brasileira: cidadania e dignidade da pessoa humana, direito de ir, vir e ficar, direitos sociais, segurança, conforto e a igualdade e a justiça como valores fundamentais de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. 2º Cumprimento da Lei Municipal nº. 12.316 de 1997. 3º Implantação da Política Pública Nacional com ações intersectoriais nas áreas da Saúde, Trabalho, Educação, Habitação, Assistência Social, Segurança Pública e Direitos Humanos”.

Jonas da Silva também reivindica uma outra política de assistência: “Eu quero minha vida de volta e quero pagar para viver como todo mundo paga”, concluiu Silva.

No meio do ato, parte dos presentes subiu ao plenário e outros embaixo utilizaram-se do microfone democraticamente aberto a todos. Muitos deram seu recado com revolta, com esperança na luta e com discursos religiosos, inclusive representantes do Movimento de Transporte Fretado que trouxeram apoio às lutas populares uma vez que realizavam um ato no mesmo local.

Ao descenderem do plenário havia revolta entre os manifestantes que diziam da indiferença à presença deles por parte dos vereadores, além dos guardas de segurança terem colocado fim à manifestação pública de Julião Evangelista, presente no ato com sua bandeira vermelha. Pilar Tula Ferreira, vendedora da revista OCAS, disse que antes de mais nada “é preciso ter respeito, cuidar e enxergar o morador de rua como cidadão que ele é. Então, percebe-se que se está na rua é porque não há uma sociedade justa para todos”.

Para Átila Robson Pinheiro, “o dia de luta para nós é todos os dias, mas neste Dia de Luta é um

grito forte. É quando podemos, devemos e queremos falar e cobrar das autoridades, as melhores políticas. “Mas não aparecem as autoridades que deveriam nos escutar. Queremos participar porque começamos a entender a necessidade de conhecer e a importância de estarmos unidos e sairmos de nossas dificuldades juntos. E esta é a melhor hora. Viva todos os dias de luta do povo!”

Após o ato, os participantes muito determinados saíram em direção à Prefeitura, aonde chegaram embaixo de chuva, mas mesmo assim, chamaram atenção do Prefeito para a grave situação das pessoas em situação de rua. Mais uma vez a indiferença prevaleceu!



1º Dia de Luta do Povo da Rua – 10 de maio de 1991

O 1º Dia de Luta do Povo da Rua reuniu cerca de 1.000 pessoas no Metrô Brás. De lá, passaram pela Praça da Sé, em direção à Câmara Municipal onde os manifestantes foram recebidos pela prefeita Luiza Erundina na Câmara Municipal. Muitos tomaram a palavra e denunciaram a falta de respeito e omissão do poder público em relação à população de rua e exigiram uma política de atendimento. Um dos cartazes dizia: “O lixo da rua nunca é perdido, mas o povo da rua nem sempre é acolhido”. (Arquivo Rede Rua/O Trecheiro, nº. 5, novembro, 1991)

Autogestão da moradia popular e reforma urbana

— Benedito Roberto Barbosa - Dito*

Na quadra do Sindicato dos Bancários na cidade de São Paulo, nos dias 15 a 17 de maio, mais de 600 delegadas e delegados de mais de 20 municípios participaram do 11º Encontro Estadual de Moradia Popular da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM).

Com o tema “Desafios para a implementação das políticas de habitação”, os participantes fizeram um amplo balanço sobre a situação da moradia popular

no estado e das ações dos governos municipais, estadual e federal para o enfrentamento do déficit habitacional que se agrava a cada ano. A avaliação foi unânime sobre a péssima atuação do governo estadual no enfrentamento da moradia.

Mesmo com a aprovação anual de um bilhão de reais pela Assembléia Legislativa só para a habitação popular, o governo estadual tem tido dificuldades de cumprir as metas orçamentárias estabelecidas no seu Plano Plurianual. O representante da CDHU, Antonio

Lajarin, presente ao encontro teve dificuldades de responder sobre os problemas habitacionais do estado, como o aumento das favelas, as ameaças de despejos, a situação dos conjuntos vazios ou ocupados sem regularização,

a falta de participação popular e a retomada do programa de habitação com autogestão, hoje paralisado.

A representante do Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Habitação, sra. Inês Magalhães, ou-

trouxe em regime de autogestão. Além disso, falou-se sobre os poucos recursos destinados ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e a demora na destinação dos imóveis vazios da União para construção de moradias em áreas centrais das cidades.

O encontro aprovou também uma extensa agenda de lutas, tais como organização do Grito dos Sem-Teto, no dia 7 de setembro e uma grande mobilização rumo ao Palácio dos Bandeirantes no dia 5 de outubro – Dia Mundial dos Sem-Teto.

Após a eleição da Coordenação Executiva e a escolha de Sertãozinho para a realização do 12º Encontro Estadual em 2011, os participantes voltaram aos seus municípios e regiões com a sensação do dever cumprido e animados para a luta em defesa da autogestão da moradia popular e da reforma urbana.



viu também muitas reclamações dos participantes, especialmente, sobre a demora na publicação da Instrução Normativa do Programa Crédito Solidário, que permitirá a milhares de famílias construir suas moradias

*Dito é dirigente da Central de Movimentos Populares e advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

o governo estadual tem tido dificuldades de cumprir as metas orçamentárias estabelecidas no seu Plano Plurianual

